

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

TANIZE TOMASI

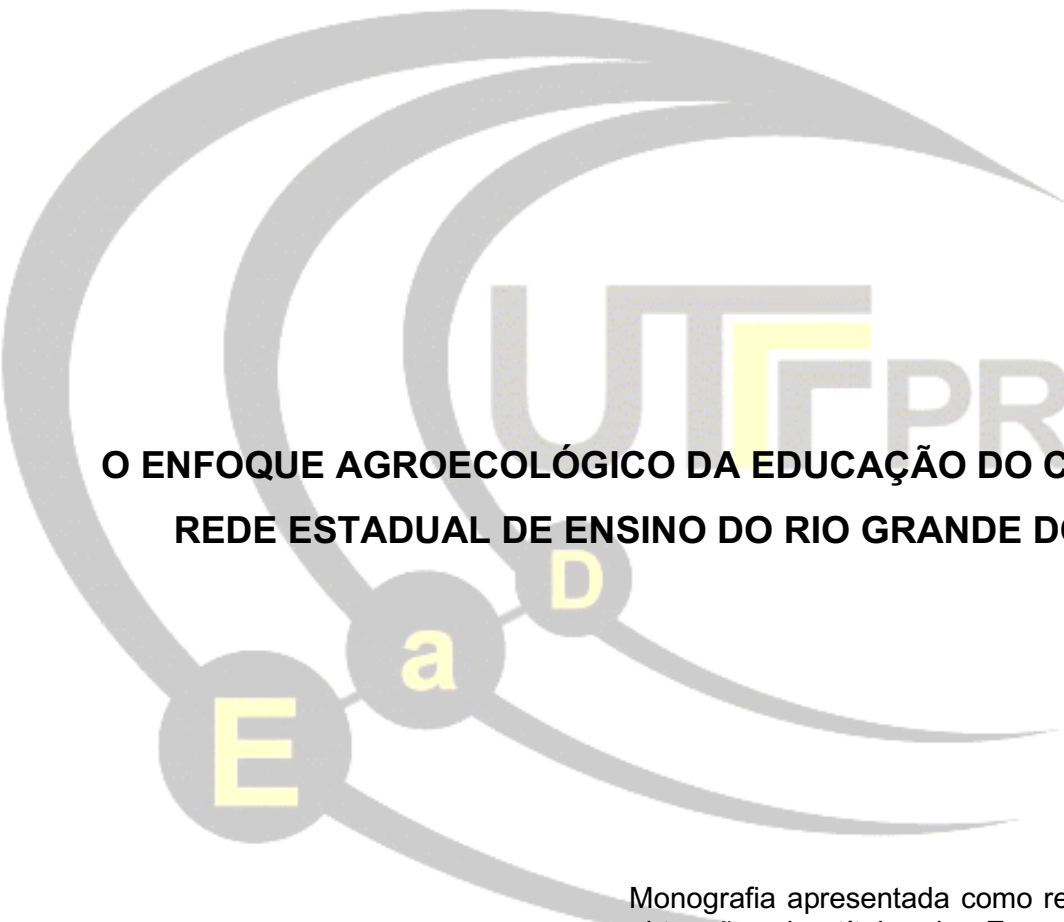
**O ENFOQUE AGROECOLÓGICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA
REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2020

TANIZE TOMASI



**O ENFOQUE AGROECOLÓGICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA
REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Astorga, PR, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^a. Ma. Marlene Magnoni Bortoli

MEDIANEIRA

2020



TERMO DE APROVAÇÃO

O Enfoque Agroecológico da Educação do Campo na Rede Estadual de Ensino do
Rio Grande do Sul

Por

Tanize Tomasi

Esta monografia foi apresentada às **11h25 do dia 19 de setembro de 2020** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de Astorga, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^ª. Ma. Marlene Magnoni Bortoli
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof. Dr. Neron Alípio Cortes Berghauser
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof. Me. Cidmar Ortiz dos Santos
UTFPR – Câmpus Medianeira

Aos ruídos que viram letras, palavras,
amores - filhos Alisson, Andriel, Melissa e
Riciéri e esposo Renato.

AGRADECIMENTOS

O percurso de dois anos da pós-graduação oportunizou o acesso a um curso diversificado e dialógico pelas proposições e perspectivas teórico-metodológicas propostas pelos professores da UTFPR, aos quais tenho enorme apreço. O reconhecimento pelos canais de contato multidisciplinar com colegas de diversas áreas do conhecimento e aos tutores presenciais e a distância que viabilizam e auxiliam no vínculo permanente com o curso.

Agradeço ao ensino público gratuito, representado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná por valorizar o aperfeiçoamento à docência com a oferta de um curso de pós-graduação aos métodos e técnicas de ensino.

À Prof.^a Mestra Marlene Magnoni Bortoli pelo tempo destinado às orientações e seus apontamentos que contribuíram imensamente para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos familiares que compartilham de todos os momentos, ausentes ou presentes, com a dedicação de estarem sempre atentos a todas as fases da vida.

“Tem mais presença em mim o que me falta”
(MANOEL BANDEIRA)

RESUMO

TOMASI, Tanize. **O Enfoque Agroecológico da Educação do Campo na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul**. 2020. 39fls. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

Esta pesquisa teve como temática o enfoque agroecológico da Educação do Campo. A Educação do Campo foi abordada pelo enfoque agroecológico com uma análise que contempla a regulamentação e a implementação de uma nova prática educativa com o desenvolvimento de novas metodologias de ensino, revalorização dos saberes populares e proposição de políticas públicas diferenciadas para a população do espaço rural. A aproximação político-filosófica da Agroecologia com a Educação do Campo acompanha a nova proposta de desenvolvimento rural com uma agricultura alternativa e sustentável e pela produção de conhecimento baseada na relação direta entre o conhecimento científico e o diálogo de saberes dos povos do campo; a problematização e valorização dos territórios garantindo os diferentes tempos e espaços de formação; a geração e disseminação de tecnologias adaptadas às realidades territoriais; e, um processo de ensino-aprendizagem que dialogue com a realidade do campo, transformando-a. Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo geral compreender o enfoque agroecológico da Educação do Campo na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, com a análise das notícias publicadas pela secretaria e a aplicabilidade da ferramenta de mineração de texto Sobek que permite a extração dos principais conceitos.

Palavras-chave: Agroecologia. Prática educativa. Saberes populares. Espaço rural. Mineração de texto.

ABSTRACT

TOMASI, Tanize. **The Agroecological Approach to Rural Education in the Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul**. 2020. 39fls. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

This research had as its theme the agroecological focus of Rural Education. The Rural Education was approached by the agroecological approach with an analysis that contemplates the regulation and the implementation of a new educational practice with the development of new teaching methodologies, the revaluation of popular knowledge and the proposition of different public policies for the rural population. The political-philosophical approach of Agroecology to Rural Education accompanies the new proposal for rural development with alternative and sustainable agriculture and the production of knowledge based on the direct relationship between scientific knowledge and the dialogue of knowledge of the peoples of the countryside; the problematization and valorization of the territories guaranteeing the different times and spaces of formation; the generation and dissemination of technologies adapted to territorial realities; and, a teaching-learning process that dialogs with the reality of the field, transforming it. This course conclusion work had as general objective to understand the agroecological approach of Rural Education in the Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, with the analysis of the news published by the secretariat and the applicability of the Sobek text mining tool that allows the extraction of the main concepts.

Keywords: Agroecology. Educational practice. Popular knowledge. Rural space. Text mining.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Cartograma 1 – Escolas Rurais no Estado do Rio Grande do Sul Organizado de Acordo com as Coordenadorias Regionais de Educação	25
Cartograma 2 – Escolas Rurais Paralisadas no Estado do Rio Grande do Sul Organizado de Acordo com as Coordenadorias Regionais de Educação	26
Gráfico 1 - Escolas Rurais Ativas e Paralisadas no Estado do Rio Grande do Sul Organizado de Acordo com as Coordenadorias Regionais de Educação	28
Cartograma 3 – Estabelecimento Rural da Agricultura Familiar – Safra Verão e Inverno no Estado do Rio Grande do Sul organizado de Acordo com as Coordenadorias Regionais de Educação.	29
Tabela 1 – As Notícias da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e os Conceitos-chave	31
Figura 1 – Fluxograma da Palavra-chave Educação do Campo	32
Figura 2 – Fluxograma da Palavra-chave Agroecológica	33
Figura 3 – Fluxograma da Palavra-chave Agroecologia.....	33
Figura 4 – Fluxograma da Palavra-chave Projeto	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	14
3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	17
3.1 A PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	17
3.2 A AGROECOLOGIA ENTRELACADA A EDUCAÇÃO DO CAMPO	22
3.3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A AGROECOLOGIA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

O entrelaçamento da Agroecologia e Educação do Campo emerge como uma nova perspectiva para a prática educativa direcionada aos que vivem e trabalham no campo (TELES; LEITE, 2018). A Educação “do campo” rompe com o ruralismo, o tecnicismo das escolas agrícolas e transpõem-se a concepção de um ensino/prática localizado “no campo” e balizado por elementos socioculturais urbanos para valorizar a identidade camponesa, a pluralidade de concepções pedagógicas e a descentralização da escola (CALDART, 2009).

Deste modo, a Educação do Campo advém de uma proposta de desenvolvimento de novas metodologias de ensino, revalorização dos saberes populares e a proposição de políticas públicas diferenciadas para a população do espaço rural. A aproximação político-filosófica da Agroecologia com a Educação do Campo acompanha a nova proposta de desenvolvimento rural com uma agricultura alternativa e sustentável, negação do modelo amparado no agronegócio e baseada em um conjunto de ações formativas de mão de obra especializada para o segmento orgânico da agricultura, cujo nicho de mercado não requer a ruptura com o modelo hegemônico, mas a adesão aos princípios estabelecidos pelo movimento agroecológico (SOUZA, 2017a).

A Educação do Campo segundo Caldart (2009) e Souza (2017b) é *a priori* uma crítica por uma concepção de educação e de campo, cujas bases pedagógicas e operacionais adotam o enfoque agroecológico pela produção de conhecimento baseada na relação direta entre o conhecimento científico e o diálogo de saberes dos povos do campo; a problematização e valorização dos territórios garantindo os diferentes tempos e espaços de formação; a geração e disseminação de tecnologias adaptadas às realidades territoriais; e, um processo de ensino-aprendizagem que dialogue com a realidade do campo, transformando-a.

Portanto, a Agroecologia segundo Moreira et al., (2019) enquanto matriz técnico-científica inovadora assume a partir de 1970 uma dimensão central nas reflexões e práticas do movimento da Educação do Campo e nos anos 2000 com a expansão da rede federal de ensino profissional e tecnológica o eixo agroecológico permeia os currículos do ensino superior com a criação de novos cursos, propostas educativas de formação, projetos, núcleos de estudos e programas. O Programa

Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) implementado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estabelece parcerias com instituições de ensino para apoiar a formação agroecológica com enfoque na Educação do Campo em cursos técnicos ou tecnólogos.

E com isso, o processo de institucionalização da Educação do Campo progride em diferentes direções, com a criação de espaços de gestão específicos nas estruturas dos governos - secretarias, coordenações e grupos de trabalho. E a articulação com as políticas de Agroecologia na promoção de reflexões coletivas sobre os limites do ensino tecnicista nas escolas, de ciências agrárias, proporcionando mudanças em currículos e até mesmo em estruturas gerais das instituições de ensino (SOUZA, 2017a).

Neste contexto, objetiva-se “compreender o enfoque agroecológico da Educação do Campo na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul”, sabendo-se que a problemática se desenvolve conforme Pupo e Cardoso (2000) em torno do processo de institucionalização do enfoque agroecológico na Educação do Campo justaposta aos próprios territórios em processos de transição agroecológica, fonte de conhecimento. Justifica-se a investigação pela complexidade apresentada pelo enfoque agroecológico da Educação do Campo fortemente arraigada ao viés desenvolvimentista, ao novo nicho de mercado dos orgânicos e ao movimento social dos sujeitos do campo como protagonistas frente ao perfil educacional e agrícola do Estado do Rio Grande do Sul com altos índices de fechamento das escolas no campo e uma matriz produtiva orientada para a exportação de grãos.

Diante disso, investiga-se qual a projeção da regulamentação da Educação do Campo, enquanto uma nova proposta de ensino? E como é a inserção da Agroecologia na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul? A análise centra-se nas notícias publicadas pelo site da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, no período de 2006, quando se constata a menção do conceito Educação do Campo, estendendo-se até 2020, data de conclusão desta pesquisa.

Diante do exposto este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo geral compreender o enfoque agroecológico da Educação do Campo na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

E como objetivos específicos buscou-se:

- ✓ Especializar as instituições de educação básica e técnica do campo da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul;
- ✓ Reconhecer os projetos com enfoque agroecológico divulgados pela secretaria da Educação do Rio Grande do Sul;
- ✓ Investigar as práticas pedagógicas de enfoque agroecológico das escolas da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul;
- ✓ Identificar as políticas públicas de incentivo a agroecologia na Educação do campo da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O fenômeno, inserção do enfoque agroecológico na perspectiva da Educação do campo, no recorte espacial do Estado do Rio Grande do Sul, foi analisado por meio da metodologia qualitativa pelos métodos da pesquisa bibliográfica e documental. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa compreende o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes em um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O método da pesquisa bibliográfica conforme Fonseca (2002) atenta-se para o levantamento de referências teóricas analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web e sites, ou ainda, buscar referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o fenômeno. O levantamento bibliográfico permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Já o método da pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, sites, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão.

A primeira perpassou o estado da arte de estudos de caso para o levantamento dos métodos e práticas sobre a realidade agroecológica na Educação do campo e o referencial teórico-metodológico que contempla a trajetória conceitual da Educação do campo e da Agroecologia e sua correlação como uma nova abordagem para a educação. Já a pesquisa documental evidenciou o panorama institucional do enfoque agroecológico na Educação do Campo no Estado do Rio Grande do Sul pela investigação das políticas públicas, programas, projetos, propostas curriculares, planos político-pedagógicos e práticas pedagógicas.

Na fase de exploração e verificação de hipóteses sobre a problemática do enfoque agroecológico na Educação do Campo na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul adotou-se a análise do conteúdo. Na abordagem Bardin (2011), a análise do conteúdo apresenta-se como um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam para além dos significados imediatos ou explícitos das comunicações (conteúdos e continentes). A análise do conteúdo projeta-se como um instrumento

de diagnóstico na descrição e tratamento do conteúdo das mensagens (produção/recepção) e indicadores (quantitativos ou não). Bardin (2011) destaca três eixos cronológicos no desenvolvimento da análise de conteúdo: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Na pré-análise operacionaliza-se e sistematiza-se as ideias iniciais com a seleção do gênero dos documentos. Realiza-se a “leitura flutuante” sobre os documentos e o texto para a construção de hipóteses emergentes, teorias e técnicas. Para a escolha dos documentos adota-se critérios como as regras da exaustividade (recenseamento de todos os elementos), da representatividade (amostragem), da homogeneidade (obtidas por intermédio de técnicas idênticas) ou pertinência (direcionados aos objetivos). Por fim, tem-se a construção das hipóteses e/ou objetivos e o desenvolvimento de índices (elementos do texto) e indicadores (frequência) para a argumentação final (BARDIN, 2011).

A fase da exploração do material conta com operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. E o tratamento dos resultados obtidos e interpretação contabiliza operações, representações, inferências e interpretações frente aos objetivos estabelecidos.

A análise do conteúdo nesta pesquisa deu-se sobre a condensação das notícias publicizadas no site da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul – <https://educacao.rs.gov.br/>, com a aplicabilidade da categorização por um conceito principal, Educação do Campo, e dos subconceitos, agroecologia e agroecológica, sobre o recorte temporal de publicização das notícias – 2006 a 2020. Enquanto o conceito principal aplicado à busca textual delimitou o recorte às escolas rurais, os subconceitos evidenciaram a direção (quem é o emissor/receptor da comunicação/mensagem) do enfoque agroecológico na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

Logo, a categorização conforme Bardin (2011) comporta duas etapas: o inventário para isolar os elementos e a classificação para repartir os elementos, em uma certa organização às mensagens. À categorização aplicou-se a técnica de mineração de texto por meio da ferramenta “Sobek¹”, com o realce as informações fornecidas pela pré-análise, extraiu-se conceitos e subconceitos em fontes de dados não estruturados ou semi-estruturados, como as notícias.

¹ Ferramenta desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Os conceitos-chave e seus relacionamentos geraram um diagrama que especializou as ações – programas, projetos, práticas pedagógicas e políticas públicas –, de enfoque agroecológico da Educação do Campo na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

Nesta pesquisa, ainda com base no banco de dados fornecido pelo site da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul realizou a identificação das instituições de educação básica e técnica do campo da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul com sua espacialização em cartogramas por meio do software Arcview. Foram reconhecidas as escolas rurais ativas e paralisadas, e, distribuídas pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). Ainda, elaborou-se um cartograma dos estabelecimentos da agricultura familiar para entrecruzar com os dados das escolas paralisadas. E, a confecção de um gráfico mostrando as escolas rurais e ativas por CREs.

A revisão bibliográfica criou um debate sobre os conceitos de Educação do Campo e Agroecologia, partindo da discussão da transformação da Educação Rural em Educação do Campo e posteriormente com o entrelaçamento do enfoque agroecológico.

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A primeira seção evidencia a abordagem conceitual, de transição de Educação no Campo e/ou Educação Rural para Educação do Campo, uma nova proposta teórico-metodológica para os sujeitos que residem no campo. Assim como, o processo de regulamentação desta proposição de educação pelas políticas educacionais. Na segunda seção expõem-se a proposta da Educação do Campo na construção de bases pedagógicas e operacionais para a educação profissional em agroecologia e a sua institucionalização enquanto política pública. A terceira seção especializa as escolas rurais da Rede de Ensino Estadual. Aprofunda o entrelaçamento da Agroecologia na Educação do Campo na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul com a explanação do Plano Estadual de Ensino, a criação de uma categorização por eixo de atuação e a distribuição das notícias por conceitos-chave.

3.1 A PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

A discussão de uma Educação do Campo de acordo com Fernandes (2002) emerge no cotidiano dos assentamentos rurais e se estende às populações do campo: camponeses, quilombolas e indígenas, estruturando-se na Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1998, em uma abordagem que prima por uma escola da terra e uma educação aberta para o mundo desde o campo. Na academia explorou-se metodologias e referenciais teóricos na compreensão das novas configurações do campo.

A perspectiva da escola da terra rompe com o argumento de uma escola do campo a partir do latifúndio ou como sobra do urbano, pois está vinculada a terra, a luta e a resistência pela permanência no campo (FERNANDES, 2002). Uma vez que a Educação do Campo não cabe em uma escola, mas na construção de uma escola que valoriza o estudar para também viver no campo. Portanto, enquanto a escola no campo representa um modelo pedagógico ligado a uma tradição ruralista de dominação (projeto criado para a população do campo), a escola do campo

representa uma proposta de construção (pelos sujeitos do campo) de uma pedagogia, tomando como referências as diferentes experiências dos seus sujeitos: os povos do campo (FERNANDES, 2002).

Portanto, a Educação do Campo conforme Caldart (2012) alicerça-se no protagonismo do movimento social sobre a política de educação, tanto como uma prática social, quanto um direito a terra e as questões da educação com as contradições sociais que a produzem (MOLINA; FREITAS, 2011). No entanto, enfatiza-se a perspectiva da educação que seja no e do campo, enquanto no campo refere-se o acesso à educação onde se vive do campo exige métodos e teorias que entrelaçam o processo de ensino-aprendizagem, as vivências, a participação, a cultura e as especificidades do trabalhador do campo.

Assim, a educação não é apenas do ou para o meio rural, mas *do* campo como uma reflexão pedagógica pelas diversas práticas de educação desenvolvidas no campo com a participação e saberes dos sujeitos do campo. Pois mais do que o direito de os sujeitos serem educados no lugar de suas vivências, eles têm o direito de uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação diante da sua cultura e necessidades (ARROYO et al., 2005).

Os autores e os sujeitos dos movimentos sociais “Por uma Educação do Campo” defendem conforme Fernandes (2002) o direito que as populações do campo têm de pensar o mundo a partir do lugar onde vivem, desde a sua realidade.

No entanto, a implementação da Educação do Campo depara-se com a problemática da adoção pelos sistemas estaduais de ensino da política de fechamento de escolas localizadas no campo por meio da nucleação campo-cidade; com a inadequação da formação docente; e a indisponibilidade de material didático específico. Em contrapartida, a consolidação da Educação do Campo projeta-se sobre a adequação dos currículos, a organização escolar com a ampliação da oferta da educação básica, a formação inicial e continuada dos educadores, a prática pedagógica centrada em materiais didáticos contextualizados e a aplicabilidade de metodologias ativas e participativas. Assim como se atenta para a formação dos gestores das escolas do campo, coordenadores do campo no âmbito das secretarias estaduais de educação para encaminhamento das políticas e coordenação das escolas do campo (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012).

A problemática que envolve a Educação do Campo segundo Caldart et al. (2002) foi delineada na Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo,

em 1998 – Goiás, como: a insuficiência de escolas, infraestrutura e docentes qualificados; currículos inadequados a escola do campo; altos índices de analfabetismo entre as mulheres do campo; e falta de pertencimento identitário dos jovens. Nesta ocasião foi elaborada ainda uma proposta de ação para a problemática acima, sendo: programa de formação e valorização docente; ampliação da Educação de Jovens e Adultos; garantia da educação básica do campo; formação técnica aos trabalhadores e trabalhadoras do campo; produção de materiais didático-pedagógicos específicos; construção e infraestruturas de escolas no campo; incentivo as pesquisas no campo; divulgação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”; criação de secretarias ou coordenações da Educação do Campo; realização de oficinas, seminários ou ciclos de estudo sobre a temática; valorização das práticas inovadoras de Escolas do Campo; viabilização de escolas agro técnicas e técnicas por um projeto popular de desenvolvimento do campo; financiamento para a Educação do Campo; e a ampliação e continuidade do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

A política de Educação do Campo teve seu ponto inicial direcionada para a Reforma Agrária, com a Portaria nº 10, de 16 de abril de 1998, instituiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, usufruindo metodologias específicas para o desenvolvimento rural sustentável dos projetos de assentamento. O Pronera, “afirma o compromisso com a educação como meio para viabilizar a implementação de novos padrões de relações sociais no trabalho, na organização do território e nas relações com a natureza nas áreas de reforma agrária” (BRASIL, 2011, p. 08).

Posteriormente, tem-se a Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, que estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo no Art. 2º parágrafo único institui a concepção de identidade da escola do campo. A definição ressalta-se na articulação com questões da realidade, na temporalidade, nos saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva, na rede de ciência e tecnologia e na organização coletiva em prol de projetos para ampliar a qualidade social da vida coletiva. Ainda sinaliza a diversidade do campo aos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Acresce a esta a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, designa diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas

de atendimento da Educação Básica do Campo e define como populações do campo:

[...] os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2008).

E como escola do campo “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente as populações do campo” (BRASIL, 2008).

Já na Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, assinala a Educação do Campo como uma das modalidades de ensino da Educação básica para a população rural com adequações às peculiaridades da vida no campo e de cada região. Destaca três eixos para a sua prática pedagógica: conteúdos curriculares e metodologias para as necessidades e interesses dos estudantes; organização própria para cada escola ajustando o calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e justaposição à natureza do trabalho na zona rural.

No art. 36 apresenta a identidade da escola do campo na vinculação ao seu próprio contexto, pelos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Instigam formas de organização e metodologias condizentes as vivências no campo.

A consolidação da política de Educação do Campo e do Pronera se efetivam com o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Conforme o Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo - GPT (2003) a política de Educação do Campo fundamenta-se na superação da dicotomia entre rural e urbano; relações de pertença diferenciadas (pertencimento/identidade ao campo) e abertas para o mundo. E como princípios da Educação do Campo destaca a diversidade do campo; os projetos político-pedagógicos fundamentados no desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho; formação docente alinhada ao modo de vida no campo; conteúdos curriculares e metodologias que valorizem a identidade da escola do campo; e a participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Neste contexto, o Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo - GPT (2003) evidencia ainda que os princípios da Educação do Campo primam pela qualidade de ensino, as organizações sociais, os conhecimentos (saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados); e as diversidades e heterogeneidades. Uma vez que o art. 6º do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, ressalta uma abordagem para a Educação do Campo que atenda às especificidades e apresenta conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas contextualizadas.

Um conjunto de ações de apoio aos sistemas de ensino na implementação da política de Educação do Campo se efetiva com a Portaria nº 86 de 1º de fevereiro de 2013, a qual institui o Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo para a ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo. Para isso, adota quatro eixos sendo: I - Gestão e Práticas Pedagógicas; II - Formação de Professores; III - Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica; e IV - Infraestrutura Física e Tecnológica. Pelo PRONA Campo tem-se a publicação da Portaria nº 579, de 2 de julho de 2013, que institui a Escola da Terra, tendo como objetivos: a formação docente continuada para as escolas do campo e a oferta de recursos didáticos e pedagógicos que atendam ao contexto dos sujeitos do campo.

Contudo, sabendo-se segundo Arroyo et al., (2005) que a concepção de educação vincula-se com a concepção de campo tem-se a Educação do Campo como um projeto alternativo para o desenvolvimento rural, as tradicionais escolas rurais e os processos de formação dos professores, assim como a ascensão de um novo papel do campo, fortalecendo a identidade e autonomia dos sujeitos do campo (MOLINA, 2002).

O movimento da Educação do Campo articula-se pelas lutas sociais e práticas educativas em defesa de um novo paradigma de educação e de escola do campo (MOLINA et al., 2010). Destacam-se práticas educativas coadunantes também com os processos produtivos e as formas de trabalho próprias dos povos do campo (CALDART, 2008), para um novo modelo de agricultura.

3.2 A AGROECOLOGIA ENTRELACADA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Antes de tudo a agroecologia e sua possível interface com o movimento da Educação do Campo possibilita para além do diálogo de saberes, uma reflexão crítica a agricultura. O Movimento Nacional da Educação do Campo adota o projeto de desenvolvimento do campo e da agricultura pela soberania alimentar, assim como a adesão a agroecologia, como uma nova matriz produtiva e tecnológica, que combina produtividade e sustentabilidade socioambiental (MIRANDA, 2014).

Na contraposição ao agronegócio um conjunto de propostas e práticas agroecológicas emerge no movimento da Educação do Campo como um instrumento para a construção de um projeto de desenvolvimento de campo e de sociedade (SILVA; MIRANDA, 2015).

A Agroecologia segundo Moreira et al., (2019) enquanto matriz técnico-científica inovadora assume uma dimensão central nas reflexões e práticas do movimento da Educação do Campo, também nas experiências de formação no ensino superior existem diversos projetos e programas que assumem a Agroecologia como eixo orientador de suas propostas educativas. A implementação de ações de formação pelo Estado se efetiva no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). No entanto, as experiências formativas em Agroecologia (a partir de 1970), baseadas nos preceitos da Educação do Campo e seus processos de institucionalização (a partir de 2000) enquanto política pública mesmo em caráter contra hegemônico criam inúmeros cursos - Universidades e Institutos Federais -, em parceria com os movimentos sociais, mas com desafios na institucionalização e riscos quanto à perda da relação com sua matriz social de origem, os camponeses e seus territórios (SOUZA, 2017b). A Agroecologia inserida no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Superiores (CNCTS) viabilizou a partir de 2002 a abertura de cursos regulares, técnico, graduação e pós-graduação (ENGELMANN; FLORIANI, 2018).

A institucionalização da educação em Agroecologia segundo Sousa (2015) nem sempre contempla em sua matriz curricular os preceitos da Educação do Campo, pois sua efetivação ocorreu pela demanda dos movimentos sociais do

campo e do Pronera/Incra que conduziram a consolidação de cursos originados de projetos.

Dessa forma, a Educação do Campo vem construindo as bases pedagógicas e operacionais da concepção de uma educação profissional em Agroecologia, com ênfase: na crítica radical ao modelo de desenvolvimento hegemônico; valorização dos territórios e a sabedoria dos povos do campo, bem como uma proposta de formação que consiga dialogar com a realidade do campo, não simplesmente procurando conhecê-la, mas também transformá-la (SOUSA, 2017). São experiências educativas diversas, mas que, em comum, assumem a Agroecologia como matriz inovadora na construção de outro projeto de desenvolvimento, de campo e de sociedade (MOLINA et al., 2010).

No entanto, a expansão da rede federal de ensino profissional e tecnológica aliada a abertura do mercado pelos orgânicos contribuem para a reflexão da Educação do Campo enquanto crítica, prática e luta política de resistência dos trabalhadores do campo e a construção de um projeto de agricultura sustentável.

A experiência da criação dos primeiros cursos com ênfase em Agroecologia, destinados aos sujeitos dos assentamentos rurais, dentro do Pronera revela-se segundo Miranda (2014) como um novo paradigma científico para a experiência de Educação do Campo e Agroecologia. Ao mesmo tempo, respalda o engajamento de diferentes segmentos sociais no compartilhamento de um novo saber - o saber agroecológico como afirmação de outro projeto de desenvolvimento do campo brasileiro.

O debate sobre o enfoque agroecológico na Educação do Campo legitima uma proposta pedagógica que busca segundo Pupo e Cardoso (2010) preservar a identidade das pessoas do campo, ao integrar a prática e o conhecimento agroecológico como um exame participativo e constante das dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ecológicas que se expressam no desafio de construir territórios camponeses. Requerendo parâmetros educativos como: biológico, físico, químico, ecológico, social, econômico, político e cultural (SARANDÓN et al., 2001).

A perspectiva agroecológica coaduna pela vida, luta e movimento social para os sujeitos do campo, interpretando os processos educativos que acontecem dentro e fora da escola na valorização dos saberes-fazeres para uma proposta de desenvolvimento sustentável agrícola (ARROYO; CALDART; MOLINA, 1998). Neste contexto, o movimento por uma Educação do Campo perpassa segundo Kolling,

Cerioli e Caldart (2002) a ampliação do direito à educação e à escolarização no campo, e ainda a construção de uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade.

Transpassa-se uma pedagogia que vise à fixação do homem no campo para uma concepção específica para o campo que inclui os sujeitos como protagonistas das ações educacionais (BEZERRA NETO; BEZERRA, 2011), pois se observa que a proposta educacional tem colocado em prática inúmeras iniciativas de educação, pesquisa e extensão com base nos princípios da Agroecologia e preceitos da Educação do Campo (SOUZA, 2017b).

O entrelaçamento da educação em Agroecologia com os preceitos da Educação do Campo no Brasil surge segundo Souza (2017b) como uma construção contra hegemônica no campo e na universidade, afirma-se pela abordagem de desenvolvimento rural alicerçada no diálogo de saberes, científico e dos povos do campo, usando a problematização da realidade. Portanto, viabiliza-se por meio da disseminação de tecnologias adaptadas às realidades territoriais e aos conhecimentos.

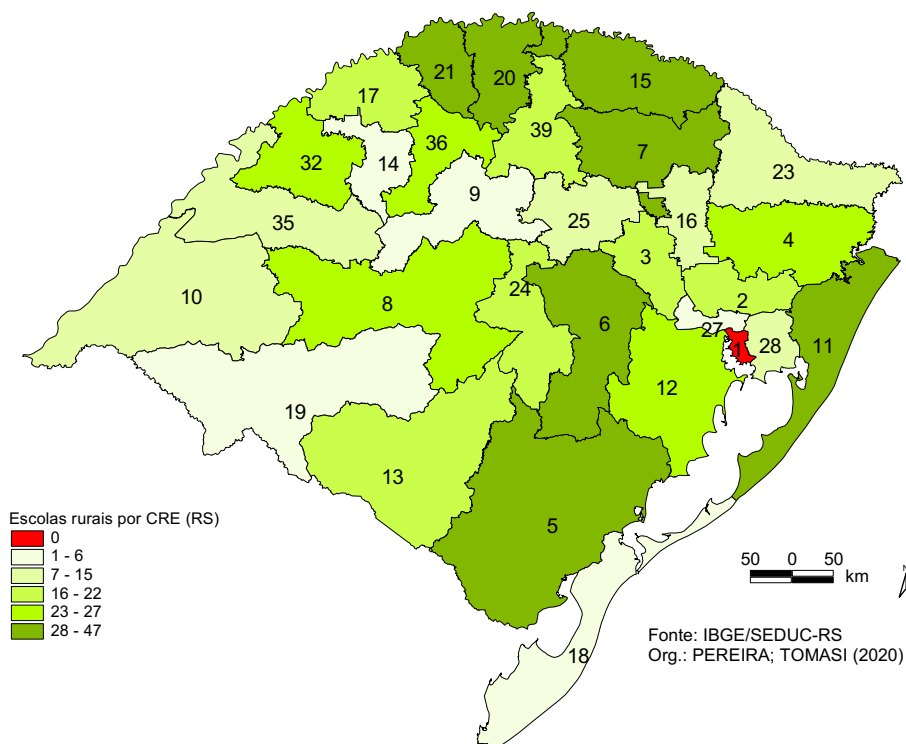
3.3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A AGROECOLOGIA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL

Na Rede Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul conforme dados de 2019 do Censo da Educação Básica (região, unidade da Federação, dependência administrativa estadual e situação de funcionamento ativo-paralisada) disponibilizado pelo Catálogo de escolas há 2471 estabelecimentos de ensino, sendo 589 localizados na área rural na situação de funcionamento ativa e 104 na situação de funcionamento paralisada (CATÁLOGO DE ESCOLAS, 2019).

O Cartograma 1 espacializa as escolas rurais de acordo com as Coordenadorias Regionais de Educação com base nos dados disponibilizados no site da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, Estabelecimentos de Ensino Rede Estadual referente ao ano de 2017. A maior concentração de escolas rurais

está nas Coordenadorias Regionais: CRE 5 – Pelotas, CRE 6 – Santa Cruz do Sul, CRE 7 – Passo Fundo, CRE 11 – Osório, CRE 15 – Erechim, CRE 20 – Palmeira das Missões, CRE 21 – Três Passos.

Cartograma 1 – Escolas Rurais no Estado do Rio Grande do Sul Organizado de Acordo com as Coordenadorias Regionais de Educação



Fonte: IBGE/SEDUC-RS e Org.: (PEREIRA; TOMASI, 2020).

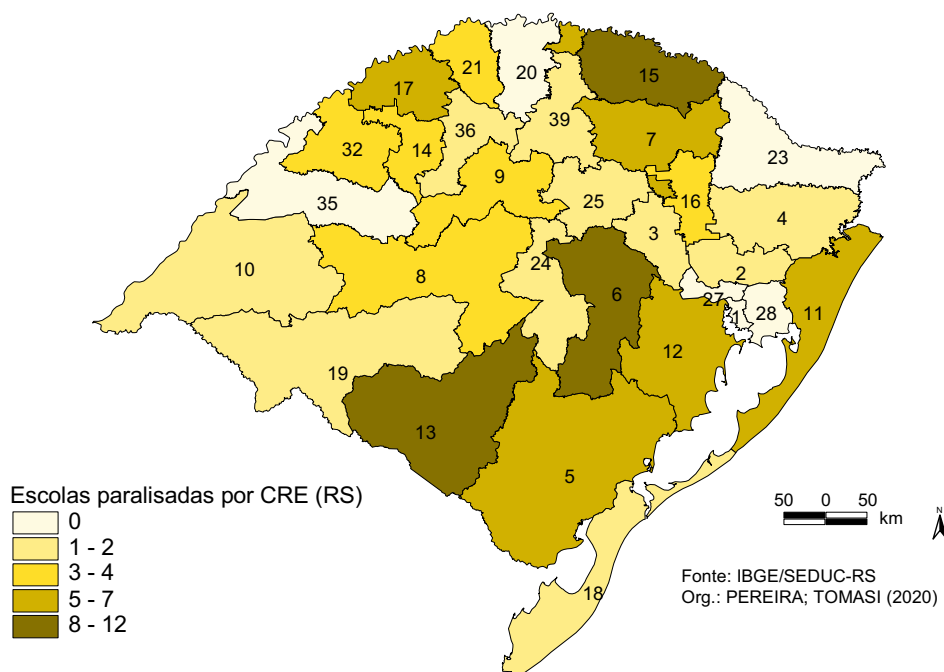
***Nota:** CRE 1 – Porto Alegre, CRE 2 – São Leopoldo, CRE 3 – Estrela, CRE 4 – Caxias do Sul, CRE 5 – Pelotas, CRE 6 – Santa Cruz do Sul, CRE 7 – Passo Fundo, CRE 8 – Santa Maria, CRE 9 – Cruz Alta, CRE 10 – Uruguaiana, CRE 11 – Osório, CRE 12 – Guaíba, CRE 13 – Bagé, CRE 14 – Santo Ângelo, CRE 15 – Erechim, CRE 16 – Bento Gonçalves, CRE 17 – Santa Rosa, CRE 18 – Rio Grande, CRE 19 – Santana do Livramento, CRE 20 – Palmeira das Missões, CRE 21 – Três Passos, CRE 23 – Vacaria, CRE 24 – Cachoeira do Sul, CRE 25 – Soledade, CRE 27 – Canoas, CRE 28 – Gravataí, CRE 32 – São Luiz Gonzaga, CRE 35 – São Borja, CRE 36 – Ijuí, CRE 39 – Carazinho

Há grandes vazios na oferta da Educação no campo, como se pode observar no Cartograma 1 nas Coordenadorias Regionais de Educação: CRE 9 – Cruz Alta, CRE 14 – Santo Ângelo, CRE 19 – Santana do Livramento, CRE 18 – Rio Grande. E ainda, CRE 10 – Uruguaiana, CRE 16 – Bento Gonçalves, CRE 23 – Vacaria, CRE 25 – Soledade e CRE 35 – São Borja.

O esvaziamento da Educação no campo tem início com a adesão da escola rural à situação paralisada, que se identifica pela restrição de atendimento e a projeção para um processo de fechamento. E apesar do fechamento, gradativo ou não, das escolas do campo, indígenas e quilombolas estar regido pela lei nº 12960, de 27 de março de 2014 - regulamentada pela Resolução nº 320 de 18 de janeiro de 2012, e, complementada pela Resolução CEEEd nº 329, de 13 de maio de 2015, que trazem como exigência a manifestação de órgão normativo do sistema de ensino com justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar -, estas não inibem o fechamento.

O Cartograma 2 representa o entrecruzamento dos dados das escolas rurais paralisadas conforme Censo escolar da Rede Estadual referente ao ano de 2019 disponibilizados pelo Catálogo de Escolas e as Coordenadorias Regionais de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

Cartograma 2 – Escolas Rurais Paralisadas no Estado do Rio Grande do Sul Organizado de Acordo com as Coordenadorias Regionais de Educação



Fonte: IBGE/SEDUC-RS e Org.: (PEREIRA; TOMASI, 2020).

*Nota: CRE 1 – Porto Alegre, CRE 2 – São Leopoldo, CRE 3 – Estrela, CRE 4 – Caxias do Sul, CRE 5 – Pelotas, CRE 6 – Santa Cruz do Sul, CRE 7 – Passo Fundo, CRE 8 – Santa Maria, CRE 9 – Cruz Alta, CRE 10 – Uruguaiana, CRE 11 – Osório, CRE 12 – Guaíba, CRE 13 – Bagé, CRE 14 – Santo Ângelo, CRE 15 – Erechim, CRE 16 – Bento Gonçalves, CRE 17 – Santa Rosa, CRE 18 – Rio Grande, CRE 19 – Santana do Livramento, CRE 20 – Palmeira das Missões, CRE 21 – Três Passos, CRE 23 – Vacaria, CRE 24 – Cachoeira do Sul, CRE 25 – Soledade, CRE 27 – Canoas, CRE 28 – Gravataí, CRE 32 – São Luiz Gonzaga, CRE 35 – São Borja, CRE 36 – Ijuí, CRE 39 – Carazinho

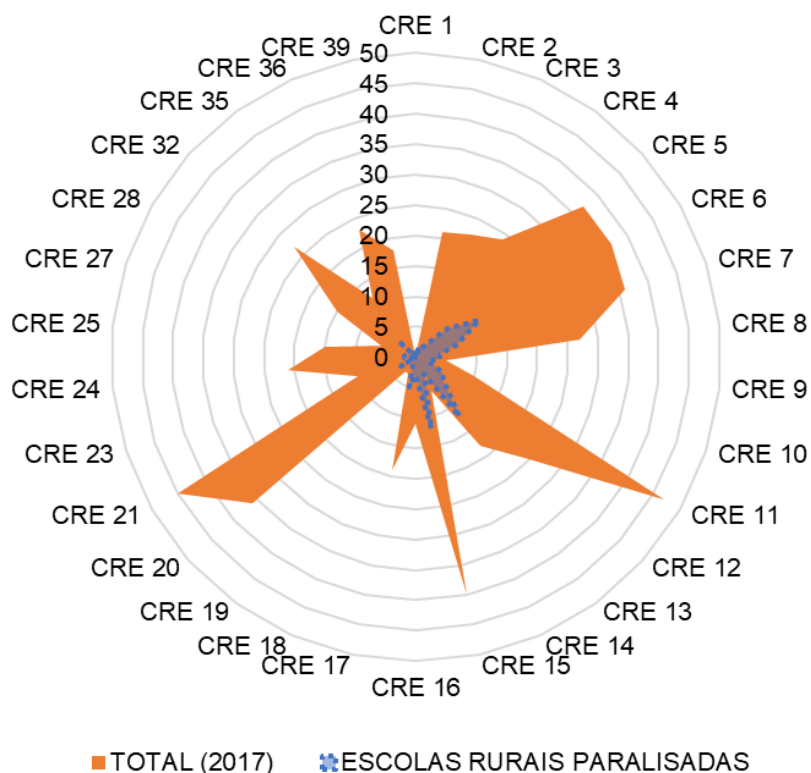
Pode-se constatar que os maiores índices de paralisação são referentes as Coordenadorias Regionais: CRE 6 – Santa Cruz do Sul, CRE 13 – Bagé, CRE 15 – Erechim. E, CRE 5 – Pelotas, CRE 7 – Passo Fundo, CRE 11 – Osório, CRE 12 – Guaíba e CRE 17 – Santa Rosa. Evidenciam-se, assim pela espacialização das escolas rurais que aqueles municípios que mais possuem estabelecimentos da agricultura familiar foram os mais atingidos pela política de paralisação.

Contudo, de acordo com o Relatório Final da Comissão Especial de Sindicância-CES (RIO GRANDE DO SUL, 2017), a situação de funcionamento paralisada indica a decisão administrativa de fechamento do sistema ISE (Informatização da Secretaria da Educação), redução forçada da demanda por novas matrículas, cessação de turnos, obstáculos a livre manifestação da comunidade escolar (desconsiderando o artigo 15B da Resolução CEEEd 329/2015), esvaziamento das condições materiais e corpo docente e a redução de demanda nas pequenas escolas.

A paralisação das escolas atua conforme o Relatório Final da Comissão Especial de Sindicância-CES (RIO GRANDE DO SUL, 2017), forçando a redução de demanda para o acesso à disposição normativa contida na Portaria SEDUC nº 280/2016, que estabelece critérios e procedimentos à realização de matrículas, rematrículas e transferências de alunos na rede pública de ensino. Assim, tem-se no art. 23 “[...] II – o número de alunos (as) matriculados (as) (ingresso) no 1º ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio, respeitando o número mínimo de 16 (dezesesseis) alunos (as) por turma, e o tamanho das salas de aula disponíveis”. Portanto, a determinação do número mínimo de alunos por turma torna-se um indicativo para o início do processo de fechamento de escolas, especialmente no campo.

O Gráfico 1 justapõe as escolas rurais ativas em 2017 às escolas rurais paralisadas em 2019 e identifica a concentração de escolas rurais em poucas CREs e a dispersão à existência de poucas escolas rurais atingindo várias CREs. Constata-se a concentração do fenômeno, escolas paralisadas, em poucas CREs.

**Gráfico 1 - Escolas Rurais Ativas e Paralisadas no Estado do Rio Grande do Sul
Organizado de Acordo com as Coordenadorias Regionais de Educação**

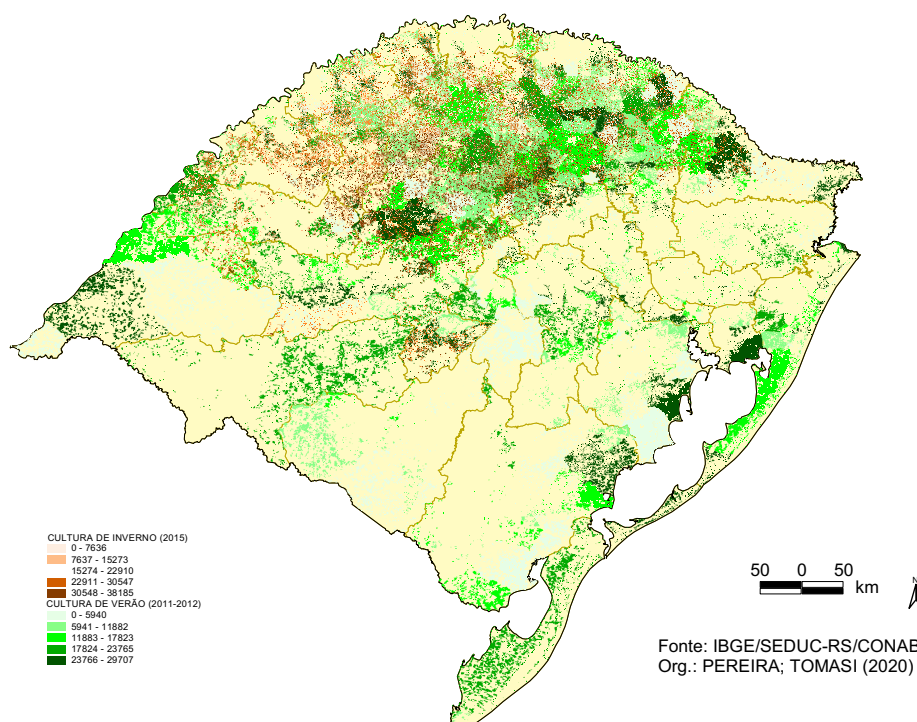


Fonte: IBGE/SEDUC-RS e Org.: (PEREIRA; TOMASI, 2020).

*Nota: CRE 1 – Porto Alegre, CRE 2 – São Leopoldo, CRE 3 – Estrela, CRE 4 – Caxias do Sul, CRE 5 – Pelotas, CRE 6 – Santa Cruz do Sul, CRE 7 – Passo Fundo, CRE 8 – Santa Maria, CRE 9 – Cruz Alta, CRE 10 – Uruguaiana, CRE 11 – Osório, CRE 12 – Guaíba, CRE 13 – Bagé, CRE 14 – Santo Ângelo, CRE 15 – Erechim, CRE 16 – Bento Gonçalves, CRE 17 – Santa Rosa, CRE 18 – Rio Grande, CRE 19 – Santana do Livramento, CRE 20 – Palmeira das Missões, CRE 21 – Três Passos, CRE 23 – Vacaria, CRE 24 – Cachoeira do Sul, CRE 25 – Soledade, CRE 27 – Canoas, CRE 28 – Gravataí, CRE 32 – São Luiz Gonzaga, CRE 35 – São Borja, CRE 36 – Ijuí, CRE 39 – Carazinho

Quando se compara os Cartogramas 1 e 2, índice de escolas rurais ativas e paralisadas, com os dados do Cartograma 3 estabelecimentos rurais da agricultura familiar safra inverno e verão, 2011-2012 e 2015, do Estado do Rio Grande do Sul, verifica-se que as CREs com destaque para a presença de escolas rurais ativas e escolas rurais paralisadas localizam-se nas áreas com maior concentração de estabelecimentos rurais, Norte e Sul do Estado.

Cartograma 3 – Estabelecimento Rural da Agricultura Familiar – Safra Verão e Inverno no Estado do Rio Grande do Sul organizado de acordo com as Coordenadorias Regionais de Educação.



Fonte: IBGE/SEDUC-RS/CONAB e Org.: (PEREIRA; TOMASI, 2020).

Os índices de paralisação e concretização do fechamento das escolas no campo foram recorrentes desde 2017, realidade que nos instigou a compreender a abordagem assumida pelo Estado do Rio Grande do Sul na Rede Estadual de Ensino em relação à Educação do Campo.

Em relação à Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação – PNE, tem-se o sancionamento do Plano Estadual de Educação – PEE do Estado do Rio Grande do Sul pela Lei n.º 14.705, de 25 de junho de 2015. O PEE, com vigência de dez anos constitui-se como instrumento articulador do sistema de educação e consolidador de políticas. A abordagem para as escolas no campo pelo PEE segue a recomendação do Plano Nacional de Educação que prevê a construção de metas e estratégias para a Educação do Campo considerando as “[...] **necessidades específicas das populações do campo** e das comunidades indígenas e quilombolas, assegurando a **equidade educacional e a diversidade cultural**”.

Para tanto, o Plano Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul segue o modelo do PNE de estabelecimento de 20 metas. Na análise do texto verificou-se que em 12 metas tem-se a menção e contemplação à Educação do Campo. Das estratégias apontadas para cada meta, destacam-se aspectos relevantes, os quais são aqui categorizados em três eixos sendo: formação docente, ensino-aprendizagem e acesso-permanência. Optou-se pela proposição de uma categorização para as estratégias expostas no PEE articulando a mineração de texto nas notícias publicadas no site da Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

Formação docente

- Formação específica para professores;
- Desenvolver pesquisas, no âmbito dos sistemas de ensino e em regime de colaboração, em parceria com as instituições de ensino superior e com os movimentos sociais, para o atendimento escolar da população do/no campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais.

Ensino-aprendizagem

- Adoção de tecnologias pedagógicas articuladas à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário;
- Organização curricular, propostas pedagógicas específicas e produção de materiais didáticos específicos.

Acesso e permanência

- Oferta espacializada territorialmente pela nucleação de campo para campo;
- Ampliar a oferta da EJA e cursos de qualificação profissional para promover a autonomia econômica e acesso a programas de mestrado e doutorado;
- Adequar a infraestrutura à realidade local;
- Promover o processo educativo, a organização pedagógica e a gestão democrática escolar, de acordo com as especificidades dos grupos culturais e sociais;
- Ensino no campo considerando as particularidades históricas, culturais, conhecimentos, valores, interesses, demandas e qualidade social; assim

como a garantia do desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural.

No site da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul foram selecionadas para análise 365 notícias elencadas pelas palavras-chave: Educação do Campo, Agroecologia e Agroecológica (Tabela 1). As primeiras menções da Educação do Campo nas notícias foram publicadas em 2006 e 2008, mas com destaque de ações para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 - encontros, palestras, oficinas e seminários de formação, projetos pedagógicos das escolas, Comitê Estadual da Educação do Campo, programas sociais, dia do campo, reestruturação curricular e diálogo de temáticas específicas.

A ferramenta de mineração de texto Sobek extraiu conceitos e subconceitos. Tornou a Educação do Campo um conceito e as ações correlacionadas a ele integraram o eixo de formação docente. A Agroecologia e Agroecológica fizeram-se subconceitos dentro da perspectiva da Educação do Campo. A primeira vinculando-se as ações ao eixo de ensino-aprendizagem, enquanto a segunda relacionou-se a formação docente.

Tabela 1 – As Notícias da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e os Conceitos-chave

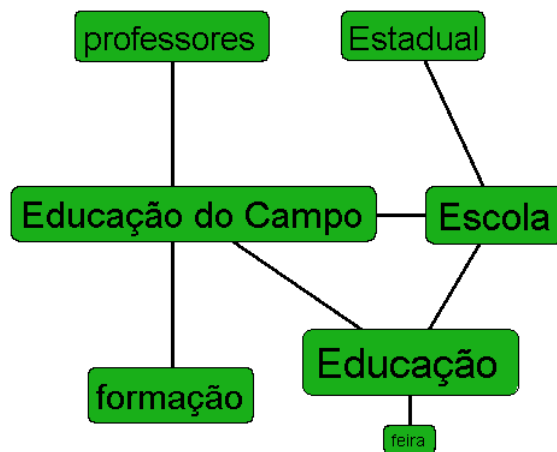
Temática	Notícias	Conceitos	Subconceitos
Educação do Campo	260	educação do campo, escola e educação	estadual, feira, formação e professores
Agroecologia	80	agroecologia, alunos, campo, educação, escolas, estadual e projeto	ensino
Agroecológica	25	agroecologia, campo, CRE, educação, escolas, estadual, professores e projeto	feira e formação

Fonte: SEED – RS (2020) e Org: A Autora (2020).

A busca pela palavra-chave “Educação do Campo” obteve 260 notícias. O corpo textual das notícias submetido à ferramenta de mineração de texto Sobek extraiu conforme a Figura 1 os conceitos: Educação do Campo, formação, professores, escola, feira, educação e estadual. O conceito de Educação do Campo correlacionou-se a formação docente e ao ensino-aprendizagem. As notícias corresponderam aos eixos elencados pelas metas do PEE – RS com a promoção de formação específica para a Educação do Campo, o desenvolvimento de pesquisas e

o estabelecimento de atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, como as feiras. A Agroecologia não foi extraída pela ferramenta de mineração de texto das notícias da palavra-chave Educação do Campo como um conceito.

Figura 1 – Fluxograma da Palavra-chave Educação do Campo

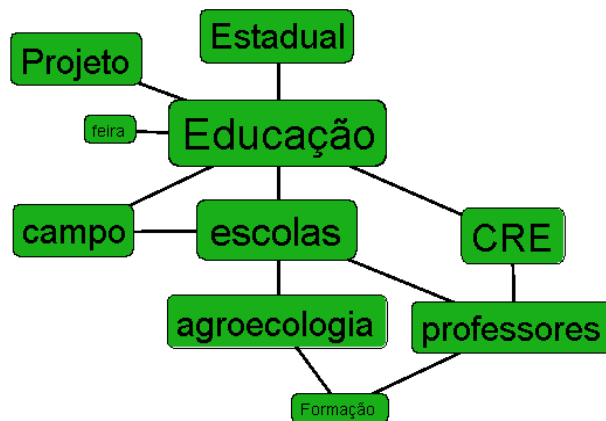


Fonte: SEED – RS (2020) e Org: A Autora (2020).

Então, partiu-se para a abordagem do enfoque agroecológico na Educação do Campo por novas buscas, respectivamente das palavras-chave “Agroecologia” e “Agroecológica” nas notícias publicadas pelo site da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Identificou-se 80 notícias ligadas a temática Agroecologia e 25 notícias correlacionando à temática Agroecológica. Observou-se o entrecruzamento das notícias com a temática da “Educação do Campo”.

No texto das notícias vinculadas a palavra-chave “Agroecológica” se extraiu conforme a Figura 2 os conceitos de: educação, CRE, escolas, projeto, campo, agroecologia, estadual, professores, formação e feira.

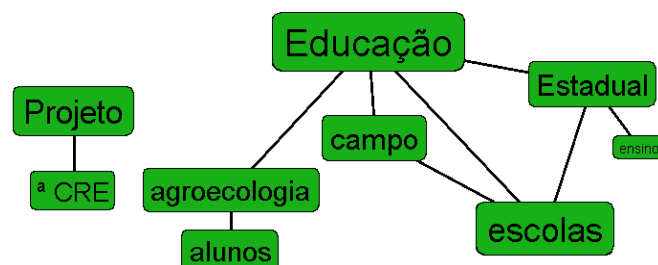
Figura 2 – Fluxograma da Palavra-chave Agroecológica



Fonte: SEED – RS (2020) e Org: A autora (2020).

A temática Agroecologia extraiu de acordo com a Figura 3 os conceitos: educação, campo, estadual, projeto, escolas, agroecologia e alunos. Observou-se nas notícias que a palavra-chave Agroecológica está ligada tanto as escolas, com o desenvolvimento de projetos, quanto a formação docente. O subconceito Agroecologia está diretamente ligado ao ensino, no entanto, a Educação do Campo correlaciona-se ao ensino nas escolas e a Educação em Agroecologia relaciona-se aos alunos. E os projetos estão vinculados as Coordenadorias Regionais de Educação.

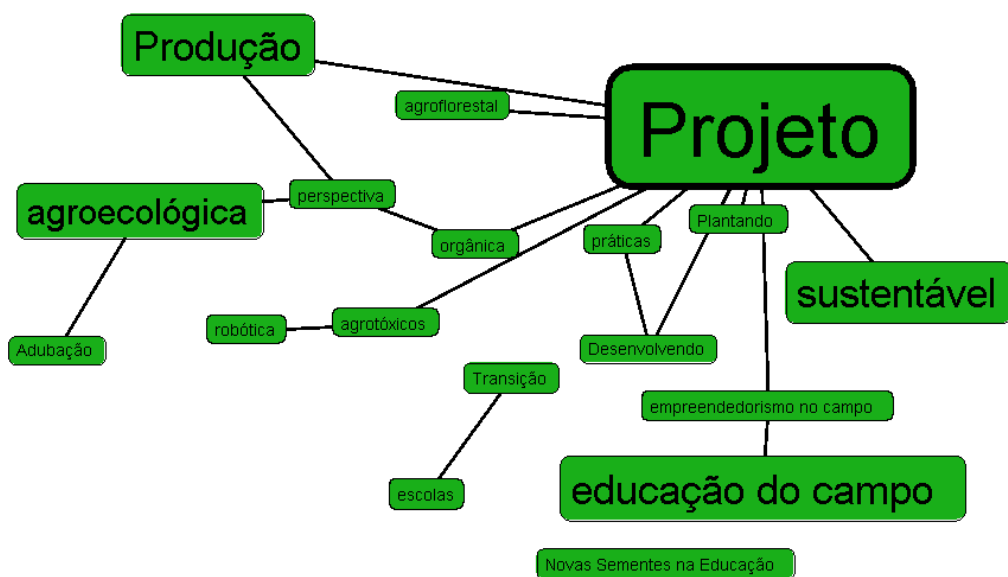
Figura 3 – Fluxograma da Palavra-chave Agroecologia.



Fonte: SEED – RS (2020) e Org: A autora (2020).

Em relação aos projetos, identificou-se a existência de 31 projetos que apontam para a atuação e implantação de práticas educacionais no enfoque da Educação do Campo e da Agroecologia das escolas rurais da Rede Estadual de Ensino. Os projetos segundo a Figura 4 dão ênfase aos conceitos de: produção, sustentável, educação do campo e agroecológica, e correlacionados a estes estão os conceitos-chave: agroflorestal, orgânica, agrotóxicos, transição, adubação, práticas, sementes, empreendedorismo.

Figura 4 – Fluxograma da Palavra-chave Projeto



Fonte: SEED – RS (2020) e Org: A Autora (2020).

A mineração de texto expressou conceitos e subconceitos, e, na repetição destes o entrecruzamento das temáticas, e, refletiu uma abordagem de Educação do Campo com significativo viés agroecológico, sobretudo, nas práticas de ensino e projetos educacionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação da Educação do Campo dentro da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul iniciou com uma primeira menção no ano de 2006 e retomada em 2008, mas com ações recorrentes nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014. Houve uma tendência à formação docente. A inserção do enfoque agroecológico se correlacionou as práticas de ensino, com o desenvolvimento de projetos e feiras. Também teve relevância menos significativa na formação docente. E demonstrou que a Agroecologia e Agroecológica são subconceitos na perspectiva da Educação do Campo, que estão diretamente conectados a ela.

Ao analisar o Plano Estadual de Educação se observou a adequação a Educação do Campo, mas a Agroecologia ainda não aparece como um viés para a implantação da Educação do Campo.

A espacialização das escolas rurais ativas e paralisadas, 2017 a 2019, justapõem-se ao declínio da atuação e promoção da Educação do Campo pela Rede Estadual de Ensino, com ações pontuais a partir de 2017, e, índices elevados de paralisação e fechamento de escolas. A aplicabilidade da Portaria SEDUC nº 280/2016, como justificativa, tem-se o esvaziamento precoce de escolas rurais e conseqüentemente a desvalorização da adequação à perspectiva da Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica Castanga. (Orgs.). **I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo**. Documentos Finais. Luziânia, GO, 27 a 31 jul. 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em:<<http://pronacampo.mec.gov.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

_____. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

_____. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

_____. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

_____. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Manual de Operações**: Aprovado pela Portaria/Incra/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011. Disponível em:< <http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 03 maio. 2020.

_____. **Portaria nº 86 de 1º de fevereiro de 2013**. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. **Portaria nº 579, de 2 de julho de 2013**. Institui a Escola da Terra. Disponível em:<<https://www.in.gov.br/>>. Acesso em: 03 maio. 2020.

_____. **Lei nº 12960, de 27 de março de 2014**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino

para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do campo**: campo – políticas públicas – educação. Brasília: Incra/MDA, 2008. p. 67-86.

_____. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Revista Trabalho Educação e Saúde**, v.7, n.1, p. 35-64, 2009.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ENGELMANN, Sandra Andrea; FLORINI, Nicolas. Expansão da educação agroecológica formal no Brasil: construindo novas territorialidades nos últimos 17 anos. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.12, n.1, p. 22-40, jan./abr. 2018.

FERNANDES, BERNARDO MANÇANO. Diretrizes de uma caminhada. In: Educação do Campo: Indentidade e Políticas Públicas. KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. p.59-70.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. (Org.). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Élide Lopes. **Intercâmbios e diálogos entre educação do campo e agroecologia**. 2014. 83 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2014.

MOREIRA, Antônio Domingos; SANTOS, Igor Tairone Ramos dos; CASTRO, Ricardo Alexandre; SANTOS, Arlete Ramos dos. Educação do Campo e Agroecologia: um processo histórico de caminhos e desafios enfrentados para a emancipação de direitos. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista, v.7, n.7, p. 3190-3202, maio, 2019.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; CAMPOS, Marília. Educação Básica do Campo. In: **Dicionário da Educação do campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz. Expressão Popular: Rio de Janeiro/São Paulo, 2012. p.237-246.

PUPPO, Marcelo de Albuquerque Vaz; CARDOSO, Mario Mariano Ruiz. Reflexões sobre a formação de técnicos-educadores em Agroecologia no campo paulista. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v.7, n.4, dez. de 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Resolução nº 320 de 18 de janeiro de 2012**. Atualiza normas para o credenciamento de estabelecimento de ensino e autorização para funcionamento de cursos e regula procedimentos correlatos. Dá nova redação ao art. 12 da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009. Disponível em:<<https://www.normasbrasil.com.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

_____. **Resolução CEEEd nº 329, de 13 de maio de 2015**. Altera a Resolução CEEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, no que se refere à cessação de funcionamento de curso nas escolas do campo, indígenas e quilombolas. Disponível em:<<http://www.ceed.rs.gov.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

_____. **Relatório Final da Comissão Especial de Sindicância-CES (2017)**. A Comissão Especial de Sindicância (CES), criada pela Portaria nº 14, de 24.04.2017, para averiguar possível descumprimento da Resolução CEEEd 329/2015 e legislações conexas (D.O. de 25/04/2017), apresenta o respectivo RELATÓRIO. Disponível em:< <http://www.ceed.rs.gov.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SARANDÓN, Santiago Javier; CERDÁ, Eduardo; PIERINI, Norberto; VALLEJOS, Jorge; GARATTE, María Luciana. Incorporación de la Agroecología y la agricultura sustentable en las escuelas agropecuarias de nivel medio en la Argentina. El caso de la Escuela Agropecuaria de Tres Arroyos. **Tópicos en Educación Ambiental**, México, v. 3, n. 7, p. 30-42, 2001.

SILVA, Lourdes Helena; MIRANDA, Élide Lopes **Agroecologia e Educação do Campo na Zona da Mata Mineira. Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 337-355, jul./dez. 2015.

SOUZA, Romier da Paixão. Educação em Agroecologia: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v.69, n.2, abr.-jun. 2017a.

_____. Agroecologia e Educação do Campo: Desafios da Institucionalização no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n.140, p.631-648, jul.-set., 2017b.

TELES, Elton Carlos Pereira Vieira de Alencar; LEITE, Daniel Carvalho. Agroecologia como princípios na Educação do campo. **Rev. de Agroec.** no Semiárido, Paraíba, v.2, n.1, p.01-12, jan-jun de 2018.